

**TJPE****GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**
3ª CÂMARA CÍVEL

2016

Recurso de agravo na apelação n. 286341-8

Agravante: MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A

Agravado: José Wellington Marinho

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

EMENTA: Recurso de agravo na apelação. Consumidor. Cobrança de seguro obrigatório com a demandada através da PMPE. Laudo conclusivo pela invalidez total e permanente. Indenização devida. Recusa injusta agrava aflição do segurado. Danos morais. Agravo não provido à unanimidade.

1. Diante do laudo conclusivo da junta superior de saúde da PMPE pela invalidez total e permanente do segurado *para exercer qualquer atividade física na vida civil e militar*, merece ser mantida a condenação da seguradora a pagar a indenização prevista no contrato de seguro no valor de R\$ 10.000,00.
2. Acerca do dano moral é inconteste, considerando-se a recusa injusta e indevida da seguradora ao pagamento da indenização securitária, na medida em que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, diagnosticado com H40 (Glaucoma) e H54.1 (Cegueira em um olho e visão subnormal em outro).
3. Portanto, a situação angustiante a que ao segurado foi submetido, pelo indeferimento administrativo, vai muito além de descumprimento contratual ou mero aborrecimento, ensejando mesmo a reparação por danos morais.
4. Observadas as peculiaridades expostas acima, fixado o *quantum* indenizatório em R\$ 15.000,00, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, no sentido de acompanhar o entendimento deste Tribunal em situação análoga.
5. Juros moratórios incidirão a partir da citação (CPC - art. 219 e CC - art. 405), e a correção monetária a partir de sua fixação (Súmula nº 362/STJ), por se tratar de indenização a título de danos morais oriunda de relação contratual.
6. Negou-se provimento ao agravo, por unanimidade.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação n. 286341-8, no qual figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, em negar provimento, por unanimidade, ao recurso, na conformidade do relatório, do voto e da ementa.

Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

295

Recurso de agravo na apelação n. 286341-8

Agravante: MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A

Agravado: José Wellington Marinho

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto por **MAPFRE VIDA** contra decisão terminativa de fls. 265/266, de minha lavra.

Adoto o relatório da decisão agravada, adiante transcrito:

"Ação originária: José Wellington Marinho propôs ação de cobrança de seguro c/c indenização por danos morais contra a MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

O autor, militar reformado, aduziu ter celebrado contrato de seguro obrigatório com a demandada através da Polícia Militar de Pernambuco.

Entretanto, apesar da ocorrência do sinistro em razão de sua invalidez total e permanente a seguradora se recusou em pagar a indenização correspondente.

Assim, pugnou pelo pagamento da indenização no valor da cobertura do sinistro por invalidez permanente, bem como pela indenização por danos morais.

Sentença (fls. 191/197): **julgou os pedidos parcialmente procedentes**, condenando a seguradora a cumprir sua obrigação no sentido de pagar o seguro, no valor de R\$ 10.000,00, conforme a tabela contratualmente fixada, corrigido da data da propositura da ação, bem assim, com a incidência de juros de 1% ao mês a partir da já mencionada data de referência.

Obstou o pedido de danos morais por não considerá-lo caracterizado.

Condenou, ainda, a seguradora nas custas e honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, nos termos do art. 20, do CPC.

No momento trato de Apelações interpostas pelas partes contra a sentença prolatada pelo juízo da 22ª Vara Cível da Comarca do Recife.

Apelação de José Wellington Marinho (fls. 198/206): Pugna pela reforma da sentença, alegando, em síntese, pelo deferimento do pedido de indenização por danos morais e, por fim, pela correta aplicação da correção monetária e juros de mora.

Conforme certidão à fl. 252 decorreu o prazo legal sem as **contrarrrazões** da seguradora.

Apelação da MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A (fls. 225/236): requer a reforma da sentença, alegando a ilegitimidade da condenação de indenização, sob o fundamento de ser inexistente a cobertura por invalidez parcial por doença, mas apenas para a hipótese de o segurado encontrar-se inválido total e permanentemente por doença, não sendo o caso em espécie.

Pugna, ainda, pela necessidade de realização de perícia médica sob pena de cerceamento do direito de defesa.

Contrarrrazões de José Wellington Marinho (fls. 242/251): pelo não provimento do apelo da seguradora em todos os seus termos."

E acrescento:

Decisão terminativa às fls. 265/266: negou seguimento ao apelo da MAPFRE VIDA, mantendo sua condenação na indenização prevista no contrato de seguro no

valor de R\$ 10.000,00, com os juros moratórios de 1% ao mês incidindo a partir da citação e correção monetária a partir do sinistro, **e deu provimento ao apelo de José Wellington** para condenar a seguradora na indenização por danos morais de R\$ 15.000,00, incidindo juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do arbitramento, e majorar os honorários advocatícios de 10% para 20% sobre o valor da condenação.

A **MAPFRE VIDA** nas razões deste recurso pugna pela reforma do julgado, sustentando:


- 1) Impossibilidade de aplicação do disposto no art. 557, caput, do CPC, para negar seguimento ao seu recurso;
- 2) Inexistência do dever de pagar o seguro firmado, pois a invalidez do segurado deve ser permanente e total, não podendo a perícia efetivada pela PMPE considerada como prova.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, para conhecer do respectivo apelo, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para proferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

Diante da previsão contida no art. 254, §1º, do RITJPE, por não exercer o juízo de retratação, coloco o recurso em mesa para julgamento, independentemente de pauta.

É o relatório.

Recife,

29.1.14


EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

2016

Recurso de agravo na apelação n. 286341-8

Agravante: MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A

Agravado: José Wellington Marinho

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Voto

Presentes os pressupostos para a sua admissibilidade, conheço do presente recurso.

Nos termos do disposto no art. 557, §1º, do CPC não exerço juízo de retratação sobre a decisão terminativa prolatada.

Quanto à primeira alegação da MAFRE VIDA de impossibilidade de aplicação do disposto no art. 557, *caput*, do CPC, para negar seguimento ao seu recurso.

Entretanto, sua pretensão não merece guarida.

O seu apelo teve seguimento negado devidamente, isso porque uma vez comprovado a invalidez total e permanente do segurado para exercer qualquer atividade física na vida civil e militar pela junta superior de saúde da PMPE é devida a indenização prevista no contrato de seguro.

Sendo, assim, seu apelo manifestamente improcedente, hipótese de aplicação do art. 557, *caput*, do CPC.

Em razão da agravante apenas ter ratificado os argumentos expostos na Apelação, verifico que todas as suas alegações foram rebatidas pela decisão agravada de fls. 265/266, por mim proferida.

Assim, merece ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Desta feita, reporto-me ao mérito da decisão recorrida, *in verbis*:

O cerne da controvérsia gira em torno do dever de indenizar da seguradora, em razão do enquadramento da invalidez total e permanente por doença do segurado, bem como se é devido a indenização por danos morais pelo não pagamento espontâneo.

Em seu apelo a seguradora MAFRE aduz ser inexistente o dever de indenizar, pois a invalidez do segurado seria parcial e não total e permanente como afirma.

Entretanto, não merece guarida seu argumento. Vejamos.

"Em análise dos autos, verifico o parecer da **perícia médica da Junta Superior de Saúde da Polícia Militar de Pernambuco** à fl. 13, diagnosticando H40 (Glaucoma) e H54.1 (Cegueira em um olho e visão subnormal em outro), e **declarando a invalidez total e permanente do segurado**, conforme trecho abaixo transcrito:

"*Inválido total e definitivamente para exercer qualquer atividade física na vida civil e militar. Necessita de cuidados permanentes de enfermagem e ou hospitalização.*"

Importante ressaltar, ainda, ter o referido documento concedido auxílio-invalidez ao militar a partir de 30.10.2010.

Outrossim, não há se falar em cerceamento de defesa pelo indeferimento do pedido de outra perícia pela seguradora, isso porque, nos termos do art. 131 do CPC, o destinatário da prova é o Juiz, cabendo a ele analisar a necessidade da sua produção ou não, sendo, no caso, totalmente desnecessária a produção de provas adicionais, em razão da existência de elementos suficientes nos autos para o julgamento do litígio.

No mesmo sentido já se posicionou este Tribunal na *Apelação n. 186947-8, da relatoria do Des. Eduardo Paurá Perez, e no acórdão abaixo ementado:*

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA JULGADA PROCEDENTE. PRELIMINAR DE INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. REJEIÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. EXISTÊNCIA DE LAUDO EMITIDO PELA JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE DA PMPE, CONCLUSIVO NO TOCANTE À INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE DO SEGURADO PARA O EXERCÍCIO DE QUALQUER ATIVIDADE FÍSICA NA VIDA CIVIL E MILITAR. SENTENÇA A NÃO MERECER REPAROS. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE DECORRENTE DE DOENÇA COMPROVADA. RISCO SEGURADO. LAUDO ATESTADO PELA JUNTA SUPERIOR DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. FÉ PÚBLICA. RELAÇÃO CONTRATUAL TÍPICA DE ADESÃO E CONSUMO. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. DESPROVIMENTO DO APELO. (TJPE, AC 192069-6, 3ª CC, Des. Milton José Neves, Julgado em 07.05.2010) (original sem destaques)

Portanto, diante do laudo conclusivo da junta superior de saúde da PMPE pela invalidez total e permanente, **merece ser mantida a condenação da seguradora a pagar a indenização prevista no contrato de seguro no valor de R\$ 10.000,00.**

Outrossim, retifico o termo inicial dos juros de mora e correção monetária do dano material fixado na sentença, por se tratar de responsabilidade oriunda de relação contratual, os juros moratórios incidem a partir da citação, e a correção monetária pela tabela ENCOGE a partir da data do efetivo prejuízo, qual seja, do sinistro (Súmula 43 do STJ).

Quanto à existência ou não dos danos morais

Em seu apelo **José Wellington Marinho**, o segurado, pretende além da manutenção da indenização, pelo sinistro, uma indenização por danos morais.

Merece guarida o apelo do segurado. Vejamos.

Acerca do dano moral é inconteste, considerando-se a recusa injusta e indevida da seguradora ao pagamento da indenização securitária, na medida em que agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, diagnosticado com H40 (Glaucoma) e H54.1 (Cegueira em um olho e visão subnormal em outro).

Portanto, a situação angustiante a que ao segurado foi submetido, pelo indeferimento administrativo, vai muito além de descumprimento contratual ou mero aborrecimento, ensejando mesmo a reparação por danos morais.

No tocante ao valor fixado, de fato, para quantificação da indenização por danos morais devem ser considerados determinados critérios, tais como: a) compensação dos danos amargados pelo lesado, b) nível socioeconômico das partes, c) intensidade do dolo ou grau da culpa do ofensor, d) repercussões do fato na comunidade em que vive o ofendido e, e) o caráter pedagógico da medida, no sentido de estimular o ofensor a não reincidir no ilícito praticado.

Observadas as peculiaridades expostas acima, fixo o quantum indenizatório em R\$ 15.000,00, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, no sentido de acompanhar o entendimento deste Tribunal em situação análoga, como exemplifica o julgado abaixo ementado:

2017
1

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE SEGURO DE GRUPO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. INVALIDEZ POR DOENÇA INCAPACITANTE. CANCER. RECUSA INDEVIDA DE RECEBIMENTO ADMINISTRATIVAMENTE. MORTE DO GENITOR DA APELADA. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA DE MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. No caso dos autos, de acordo com a cláusula terceira do contrato firmado entre as partes, era devida a indenização no caso de invalidez permanente total por doença incapacitante. 2. Restou incontroverso nos autos que houve a negativa indevida do recebimento administrativo de valores estipulado na apólice em virtude de câncer que acarretou invalidez por doença do pai da apelada e futuro falecimento em razão da patologia, pois sequer houve justificativa por parte da apelante limitando-se a afirmar ausência de nexo causal entre a morte e a negativa dos valores. 3. Ora, o dano moral está devidamente caracterizado, posto que o abuso por este realizado ao não adimplir contrato legitimamente ajustado e em plena vigência, justamente em um período de notória dor e dificuldade para a apelada beneficiária, que é a morte do seu genitor-segurado, veio a causar transtornos ilegais que fogem ao aceitável no cotidiano ordinário do indivíduo, inclusive com provas testemunhais que confirmaram tais transtornos. 4. Assim, a apelada foi impedida de receber indenização devida em virtude da patologia do seu genitor obstando inclusive de dar tratamento mais adequado para o câncer do seu pai. Ademais, conforme já decidiu o STJ, demonstrada a ocorrência de ofensa injusta à dignidade da pessoa humana, encontra-se presente o dano moral. 5. **Redução da indenização a título de danos morais para o valor de R\$ 15.000,00 de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.** 6. Recurso provido parcialmente. Decisão unânime. (TJPE; APL 0001008-42.2010.8.17.0380; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho; Julg. 15/05/2013; DJEPE 22/05/2013; Pág. 693) (original sem destaques)

Por fim, reste claro: por se tratar de indenização por danos morais, oriunda de relação contratual, os juros moratórios incidirão a partir da citação (CPC - art. 219 e CC - art. 405), e a correção monetária a partir de sua fixação, qual seja, da presente decisão (Súmula nº 362/STJ).

Honorários Advocatícios

O pedido de majoração dos honorários advocatícios, também deve prosperar, senão vejamos.

O arbitramento dos honorários sucumbenciais deve ser sempre pautado pelos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um *quantum* que valorize o trabalho do advogado e ao mesmo tempo, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido, ou seja, devem ser arbitrados em quantia justa, capaz de remunerar de forma digna o procurador do autor, sem sobrecarregar o réu.

Assim, atento aos critérios do art. 20, § 3º do CPC e o trabalho desenvolvido pelo patrono do apelante segurado, **os honorários advocatícios devem ser majorados de 10% para 20% sobre o valor da condenação**”.

Por essas razões, mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

Diante do exposto, conheço o recurso, mas voto pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, mantendo a decisão monocrática.

É como voto.

Recife,


EDUARDO SERTÓRIO CANTO

Desembargador Relator